

COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA REGIÃO DO VALE DO CAÍ – RS

Family agriculture commercialization in pandemic times: an analysis of the Vale Do Caí Region – RS

Comercialización de la agricultura familiar: un análisis de la Región Vale do Caí - RS en tiempos de pandemia



Potira PREISS – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0098-1588>

URL: <http://lattes.cnpq.br/6987449707881840>

EMAIL: potipreiss@gmail.com

Cidonea Machado DEPONTI – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>

URL: <http://lattes.cnpq.br/4599834312125185>

EMAIL: cidonea@unisc.br

Daniella Gac JIMÉNEZ – Universidad de Los Lagos (UL)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4220-6253>

URL: <https://www.ulagos.cl/guiaexperto/daniella-gac-jimenez/>

EMAIL: daniella.gac@uchile.cl

Histórico do artigo

Recebido: 23 dezembro, 2022
Aceito: 14 fevereiro, 2023
Publicado: 16 março 2023

RESUMO

A COVID-19 tem afetado profundamente o cotidiano da população, desencadeando uma crise social, política, econômica e ambiental. Pesquisas realizadas no final de 2020 pela Rede PENSSAN revelam que ocorreu uma ampliação dos domicílios brasileiros que se encontravam em insegurança alimentar. Esta insegurança é ainda mais grave nas áreas rurais. Este artigo busca discutir como a pandemia COVID-19 tem incidido sobre os espaços de comercialização direta da agricultura familiar no Vale do Caí (Rio Grande do Sul) e as possíveis consequências para o desenvolvimento da região. O artigo tem como base dados coletados por meio de uma pesquisa realizada em 2020 como parte das ações do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) por meio de dados primários e secundários. Verificou-se que os canais de comercialização direta com a agricultura familiar na região na maioria dos casos, não sofreram alterações ou tiveram uma pequena redução no movimento. Tal fato é altamente positivo, visto que indica a manutenção da renda dos agricultores, um elemento chave para a reprodução social. A pesquisa também contribui ao demonstrar à sociedade quais são os atores, os canais de comercialização e os alimentos que estão enraizados no seu território.

Palavras-chave: Mercados de Proximidade; Territórios; Agricultura Regional; Covid-19.

ABSTRACT

COVID-19 has deeply affected the daily lives of the population, triggering a social, political, economic, and environmental crisis. Research conducted in late 2020 by the PENSSAN Network reveals that there has been an expansion of Brazilian households that were food insecure. This insecurity is even more severe in rural areas. This article seeks to discuss how the COVID-19 pandemic has impacted on the direct marketing spaces of family farming in Vale do Caí (Rio Grande do Sul). The article is based on data collected through a research conducted in 2020 as part of the actions of the Regional Development Observatory (OBSERVA-DR) of the University of Santa Cruz do Sul (UNISC) through primary and secondary data. It was found that there are few direct commercialization channels with family farming in the region, but that these channels, in most cases, have not undergone changes or a small reduction in movement. Thus, it was concluded that this fact is highly positive, since it indicates the maintenance of farmers' income, a key element for social reproduction. The research also contributes by demonstrating to society which actors, marketing channels, and foods are rooted in its territory.

Keywords: Proximity Markets; Territories; Regional Agriculture; Covid-19.

RESUMEN

El COVID-19 ha afectado profundamente la vida cotidiana de la población, desencadenando una crisis social, política, económica y ambiental. Encuestas realizadas a fines de 2020 por la Red PENSSAN revelan que ha habido un aumento en el número de hogares brasileños que estaban experimentando inseguridad alimentaria. Esta inseguridad es aún más grave en las zonas rurales. Este artículo busca discutir cómo la pandemia de la COVID-19 ha afectado los espacios de comercialización directa de la agricultura familiar en Vale do Caí (Rio Grande do Sul). El artículo se basa en datos recopilados a través de una encuesta realizada en 2020 como parte de las acciones del Observatorio de Desarrollo Regional (OBSERVA-DR) de la Universidad de Santa Cruz do Sul (UNISC) a través de datos primarios y secundarios. Se encontró que existen pocos canales de comercialización directa con la agricultura familiar en la región, pero que estos canales, en la mayoría de los casos, no han cambiado o una pequeña reducción en el movimiento. Así, se concluyó que este hecho es altamente positivo, ya que indica el mantenimiento de la renta de los agricultores, elemento clave para la reproducción social. La investigación también contribuye demostrando a la sociedad qué actores, canales de comercialización y alimentos están arraigados en su territorio.

Palabras clave: Mercados de Proximidad; Territorios; Agricultura regional; COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

A COVID-19 trouxe um desafio inédito para a sociedade, visto que a partir de uma crise sanitária de proporções globais diferentes áreas da vida foram afetadas, tendo mais de 600 mil mortes no Brasil. A necessidade de afastamento social vivida em todo o país como forma de prevenção à COVID-19 afetou profundamente o cotidiano da população, com uma intensa precarização das condições de vida em múltiplas dimensões. Para além de um problema de saúde, se tornou uma crise social, política, econômica e ambiental.

Dados recentemente publicados por uma pesquisa realizada no final de 2020 pela Rede PENSSAN revelam que 55,2% dos domicílios brasileiros se encontravam em Insegurança Alimentar, o equivalente a 116,8 milhões de pessoas das quais encontram em

estado efetivo de fome uma soma de 19 milhões de brasileiros (REDE PENSSAN, 2021). A insegurança alimentar é mais grave nas áreas rurais e somente entre os agricultores familiares a fome atinge 14,3% da população, sendo que 65,2% desta categoria apresenta algum nível de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021). Portanto, o país volta a figurar no mapa da fome justamente em um momento em que a população necessita ainda mais de uma alimentação completa e adequada que permita a manutenção da saúde. Essa situação pode ser visualizada não só no Brasil, mas também extrapolada para a diversidade de territórios rurais na América Latina e no Caribe, como consequência das limitações as quais o funcionamento normal do sistema agroalimentar em geral tem sido exposto (IICA, 2022).

Outro elemento angustiante é o crescente índice de desemprego no país que atingiu 14,4 milhões de pessoas, sendo a maior taxa da série histórica já registrada no país (IBGE, 2021). Ambos os fatores estão diretamente relacionados, pois sabemos que um dos grandes empecilhos para a realização do direito humano a uma alimentação adequada é a dificuldade de acesso aos alimentos pela falta de recursos financeiros para compra. O contexto torna-se ainda mais grave, devido à inflação e à alta dos preços de alimentos que chegaram a subir 15% ao longo de 2020, em especial em itens de consumo básico da dieta brasileira como o arroz que aumentou 69,8% e a batata com uma elevação de 47, 84% (PAMPLONA, 2021).

No que diz respeito à crise política, temos que considerar a inabilidade do governo federal em conter a pandemia no Brasil ou criar medidas efetivas para auxiliar a população a contornar os desafios que se apresentam. A implementação de uma agenda neoliberal e conservadora, com redução de políticas em áreas essenciais à sociedade como segurança alimentar, geração de renda, saúde, educação e produção científica. Portanto, malgrado as adversidades que a COVID-19 nos traz, os problemas sociais que temos vividos iniciaram muitos antes e estão altamente vinculados ao modelo de desenvolvimento hegemônico que atua como um gerador de desigualdades. Em especial, o sistema alimentar global tem sido vinculado por diversos autores como um disruptor de crises visto que a forma como produzimos, distribuimos e consumimos alimentos está no centro das pandemias contemporâneas atuais - a desnutrição, a obesidade e as mudanças, e para alguns autores, este também seria o caso da COVID-19 (SWINBURN et al., 2019; POLLAN, 2020; OLIVEIRA, 2020; PREISS et al, 2020). Neste sentido, superar a pandemia passa não só pela busca de alternativas médicas à doença, mas também pelo empenho em resolver processos mais amplos que envolvem a qualidade de vida da população. Soma-se a isso

os desafios que os territórios rurais devem enfrentar, após o problema de saúde ter sido sanado, ações regenerativas devem começar a ser geradas para enfrentar os impactos decorrentes da crise econômica, social, produtiva e geopolítica. Isso não é apenas como ações de curto prazo, mas também como parte de uma estratégia de longo prazo que deve ser integrada a políticas de desenvolvimento da produção rural de pequena escala com vistas ao fortalecimento dos canais de comercialização (IICA, 2022).

Dada a relevância da agricultura familiar no país como principal produtora de alimentos de base e setor responsável pela maioria da população ocupada nas áreas rurais, este artigo busca discutir como a pandemia COVID-19 tem incidido sobre os espaços de comercialização direta da agricultura familiar no Vale do Caí (Rio Grande do Sul). O artigo tem como base dados coletados por meio de uma pesquisa realizada em 2020 como parte das ações do Observatório de Desenvolvimento Regional (OBSERVA-DR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) frente à COVID-19.

Após essa introdução o artigo é composto por cinco seções. Na primeira discutimos sobre a agricultura familiar, os mercados e o desenvolvimento regional procurando demonstrar a relevância da agricultura familiar para a produção de alimentos saudáveis, principalmente em um momento pandêmico. Na segunda seção tratamos dos aspectos metodológicos em que se apresentam os instrumentos de coleta e de análise dos dados, além da descrição da operacionalização da pesquisa. Na terceira seção discutimos os resultados da pesquisa vinculando-os com a abordagem teórica eleita. Finalmente, a última seção apresentamos as considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

A relevância da agricultura familiar ao desenvolvimento é reconhecida internacionalmente. Em termos globais, a agricultura familiar é responsável por 80% do valor de produção de alimentos, envolvendo como força de trabalho cerca de 500 milhões de pessoas, uma atividade que ocorre majoritariamente em propriedades de menos de dois hectares (FAO, 2014). Além disso, desempenha um papel central, pois é o fornecedor de alimentos em escala local, sendo a alternativa predominante para resolver problemas de fome, de fornecimento de alimentos frescos em suas comunidades e de curtos circuitos de comercialização (SALCEDO & GUZMÁN 2014).

Carron et al. (2020) destaca que para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela agenda 2030 precisamos ter um renascimento das áreas rurais

e uma maior valorização do trabalho multidimensional realizado pela agricultura familiar na produção de alimentos, na manutenção de estilo de vida e na preservação ambiental. Para tanto, FAO e IFAD (2019) destacam a relevância de implementação de ações de assistência e de fortalecimento da agricultura familiar como uma categoria social estratégica para o desenvolvimento social e sustentável.

Em termos nacionais, a agricultura familiar representa 77% do total de estabelecimentos agrícolas, gerando renda para cerca de 10,1 milhões de pessoas, uma estimativa correspondente a 67% da população economicamente ativa nas atividades agropecuárias (CENSO AGRO, 2019). O Censo Agro (2019) releva ainda a permanência de um contexto altamente desigual na distribuição de terras e de recursos públicos frente à agricultura patronal, levando a agricultura familiar a maior precarização e vulnerabilidade. A relevância da agricultura não se dá apenas por sua contribuição em termos de população e de geração produtiva, mas porque é justamente ela quem produz alimentos de forma diversificada e com baixo impacto ambiental, fornecendo frutas e verduras com composições ricas em micronutrientes (POPKIN, 2014; FANZO, 2018). Esses elementos e outros já amplamente analisados colocam a agricultura familiar como essencial para o atendimento da segurança alimentar e nutricional da população (MALUF et al., 2015; IPES-Food, 2016; PREISS, SCHNEIDER e COELHO-DE-SOUZA, 2020).

Frente ao contexto vivido pela COVID-19, diferentes estudos nacionais e internacionais têm indicado como a pandemia tem impactado a agricultura familiar, acarretando em dificuldades para manter suas formas de produção e de comercialização, com consequências diretas na renda e na qualidade de vida (IICA, 2020; Salazar 2020; MATAMOROS; 2020; PREISS, et al., 2020; VALADARES et al, 2020; TITTONELL et al. 2020). Ainda que a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional seja bastante ampla, para os fins deste artigo daremos uma centralidade especial aos espaços de comercialização protagonizados pelos agricultores, mais efetivamente os mercados de proximidade e territoriais. A terminologia é proposta por Schneider (2016), que sugere uma tipologia dividida em quatro tipos de mercados – os convencionais, os institucionais, os de proximidade e os territoriais.

Os mercados convencionais seriam aqueles vinculados à agricultura industrializada, centrada em *commodities* para comercialização internacional, em que os agricultores familiares têm pouco poder de inserção ou de determinação (SCHNEIDER, 2016). Já os institucionais, são os mercados em que o Estado atua como comprador de forma a ativar a produção incentivando determinados produtos ou setores sociais, como é o caso

dos programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE (SCHNEIDER, 2016).

Por sua vez os mercados de proximidade e os territoriais são aqueles em que há forte enraizamento social entre determinados grupos de atores (agricultores, produtores e consumidores) e vínculo com regiões geográficas específicas, funcionando frequentemente com um menor nível de formalização e de institucionalidade (Schneider, 2016). Os mercados de proximidade em que se estabelecem dinâmicas de trocas diretas entre produtores e consumidores por meio de transações localizadas. Estes mercados são caracterizados por um alto controle social das relações e uma boa autonomia dos agricultores frente aos processos produtivos e comerciais. Os canais de comercialização associados a estes mercados são as feiras, os grupos de consumo, as compras na propriedade e os sistemas de entrega domiciliar mobilizados por agricultores. Nesses canais são ofertados majoritariamente alimentos *in natura*, frescos e sazonais, tornando-os de especial interesse para a SAN. Os mercados territoriais também apresentam uma importante contribuição para a SAN ao ofertarem alimentos diferenciados, vinculados a determinadas culturas ou territórios, fomentando assim a diversidade cultural e a manutenção de determinados grupos sociais ou ainda formas de saber-fazer (Preiss e Schneider, 2020).

Nesse sentido, ambos os casos contribuem diretamente com o desenvolvimento regional, porque conjugam de forma articulada processos sociais, econômicos, culturais e ecológicos através do fluxo dos alimentos de forma a fortalecer especificidades territoriais (PREISS E DEPONTI, 2020). Esse processo se dá em especial através das articulações e das redes entre agricultores familiares e consumidores que em dinâmicas colaborativas possibilitam o intercâmbio de alimentos da sociobiodiversidade vinculados aos processos de realocação alimentar e a reconexão entre rural e urbano (PREISS E DEPONTI, 2020). Nesse sentido, fomento a compreensão do desenvolvimento regional como dinâmicas multissetoriais e multidimensionais em que diferentes temas e problemáticas socioeconômicas e ambientais podem ser analisadas de forma integrada frente a desafios antigos (pobreza, fome, precarização das relações de trabalho, concentração fundiária) e contemporâneas (novas ruralidades, crise climática, crescente urbanização, etc.) (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019).

3 CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

A pesquisa tem como base uma metodologia exploratória, com levantamento de dados qualitativos e quantitativos, utilizando fontes primárias e secundárias. A coleta dos dados iniciou no dia 6 de abril e encerrou em 31 de agosto de 2020, tendo cinco regiões do Estado do Rio Grande do Sul como foco empírico, ainda que neste trabalho focaremos nos resultados relativos à Região do Vale do Caí.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas realizadas *in loco* ou via telefone com os gestores e responsáveis pelos canais de abastecimento, tendo como base quatro formulários que consideravam diferentes situações: Feiras ativas (11 questões abertas e 11 questões fechadas); Feiras funcionando apenas com entrega domiciliar de alimentos (11 questões abertas e 21 questões fechadas); Feiras suspensas e sem nenhum tipo de comercialização (11 questões abertas e nove questões fechadas) e por fim sistemas de comércio com entrega domiciliar, vinculados a agricultura familiar (11 questões abertas e 18 questões fechadas). Cada formulário continha questões sobre dados básicos de localização e de fundação, características sobre o funcionamento das experiências e questões relativas às reações e adaptações frente à COVID-19. A coleta dos dados contou com o apoio da EMATER-RS. Todos os entrevistados foram informados dos fins da pesquisa e uso dos dados coletados, tendo inclusive a possibilidade de receber o retorno dos resultados. Após o trabalho de campo, os canais de comercialização mapeados foram organizados e categorizados da seguinte forma:

*Feiras convencionais: canais em que são comercializados alimentos produzidos por agricultores familiares a partir de um manejo convencional de produção, não assumindo compromissos sobre o uso e/ou monitoramento de agrotóxicos;

*Feiras Agroecológicas/Orgânicas: enquadradas as feiras em que no tipo de produtos comercializados eram mencionados produtos exclusivamente agroecológicos ou orgânicos;

*Feira Mista: casos em há comercialização tanto de produtos convencionais da agricultura familiar como produtos agroecológicos ou orgânicos, indicando a coexistência de bancas com tipos de produtos distintos.

*Comércio com entrega domiciliar vinculada a Agricultura Familiar (AF): iniciativas que tenham a comercialização mobilizada de forma direta pelos agricultores ou até um intermediário entre os agricultores familiares e consumidores, realizando em todos os casos entrega domiciliar dos alimentos. Em termos de forma de organização ou pessoa jurídica

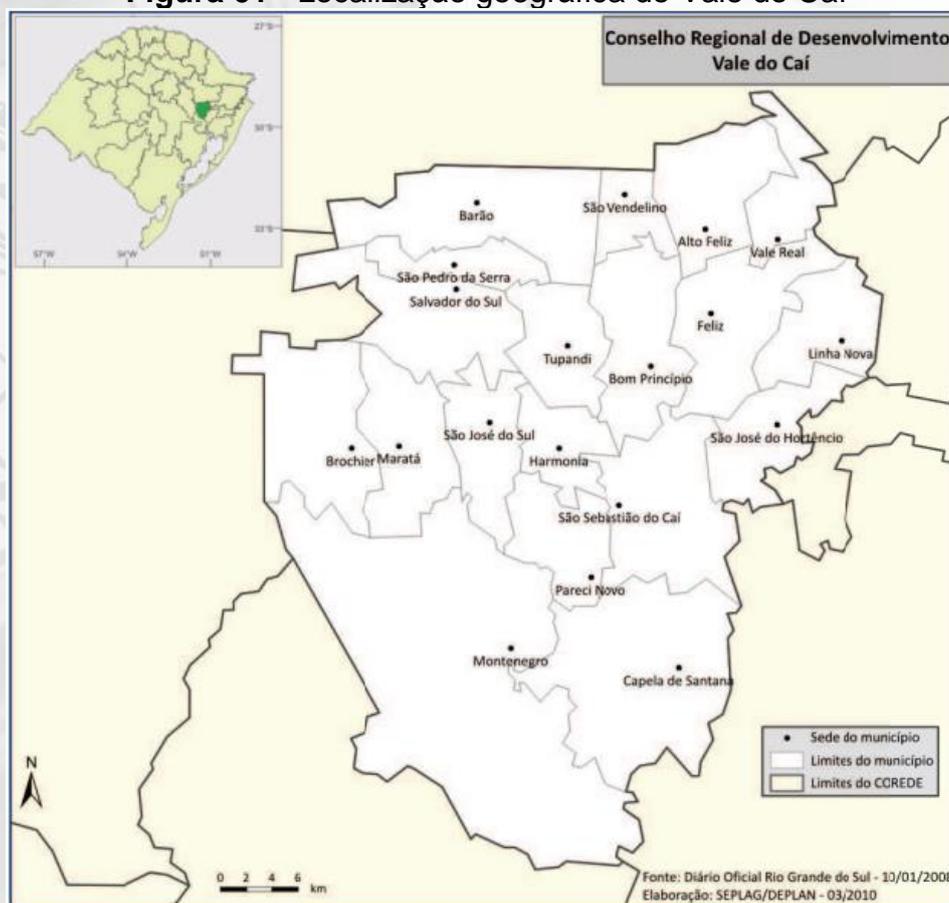
podem constar nesta categoria: Grupo de Consumo Responsável; CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura, Cooperativas de Consumo; Cooperativas de Agricultores, Sistemas de Cestas, Clubes de compras e Lojas Especializadas (físicas ou virtuais).

No que diz respeito aos dados secundários sobre a agricultura familiar e desenvolvimento socioeconômico, buscamos os dados oficiais no IBGE, em especial, o Censo Demográfico de 2010 e o Censo Agropecuário de 2017 para fornecer informações sobre questões sociais, demográficas e produtivas sobre a região pesquisada. De forma complementar, outras pesquisas foram utilizadas e são citadas em cada caso.

4 REGIÃO VALE DO CAÍ, RIO GRANDE DO SUL (RS)

Conforme ilustrado na figura 01, a região deste COREDE envolve 19 Municípios: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

Figura 01 - Localização geográfica do Vale do Caí



Fonte: Perfis Regionais 2015 – Vale do Caí (2015, p. 3).

A região conta com uma população total de 192.898 habitantes, abrangendo uma área de 1.854,4 km² (FEE, 2019). Do total de habitantes dessa região, 74% residem em áreas urbanas e 26% em áreas rurais (COREDE Caí, 2015). O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE, 2015) da região é de 0,763, um valor que indica uma situação mediana que se registra em todos os municípios.

Em 2015, o Perfil Socioeconômico do COREDE Vale do Caí engloba três setores da economia: a agropecuária com 17%, a indústria com 32,8% e o setor de serviços com 50,2%. O município de Salvador do Sul é o que tem maior participação da Agropecuária na composição de seu produto, com 23% (a criação de aves predomina, com uma taxa de 88,1%). Montenegro tem a maior parcela na Indústria com 57% e também nos Serviços, com 41,3% do grupo. Na indústria podemos destacar o setor de calçados e na agropecuária o setor de aves e de suínos. Das atividades agropecuárias destacamos a citricultura, a criação de gado de leite, a olericultura, a silvicultura e a avicultura. As principais transações comerciais são com Porto Alegre e com os municípios da Serra Gaúcha.

Observamos que os municípios que apresentam maior população em áreas rurais são: Montenegro (5.786 habitantes); Capela de Santana (4.697 habitantes); São Sebastião do Caí (4.324 habitantes); Feliz (2.943 habitantes) e Harmonia (1.798 habitantes) (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ, 2015).

Os dados permitem afirmar que o COREDE do Vale do Caí em geral tem uma média de 0,731 no Índice de Desenvolvimento Humano com base no ano de 2010, classificando-o na faixa alta de desenvolvimento. Em comparação, em 1991 o IDHM médio do COREDE era de 0,491 (faixa de desenvolvimento muito baixa), representando um crescimento médio de 49,08% no período. (PERFIS REGIONAIS 2015 – VALE DO CAÍ, 2015).

O primeiro lugar do Brasil em igualdade na distribuição de renda está no Vale do Caí: é São José do Hortêncio, com 0,28. Alto Feliz, Vale Real e São Vendelino, com 0,29; e o quarto, Tupandi, com 0,31. No mesmo ano, o Índice Gini para o Rio Grande do Sul foi de 0,54 e para o Brasil foi de 0,6, fazendo-o, assim, uma das nações mais desiguais do planeta. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Índice de Gini da Noruega foi de 0,25, fazendo dos municípios do COREDE Vale do Caí muito próximos à referência internacional de igualdade. (Atlas das Nações Unidas, 2013).

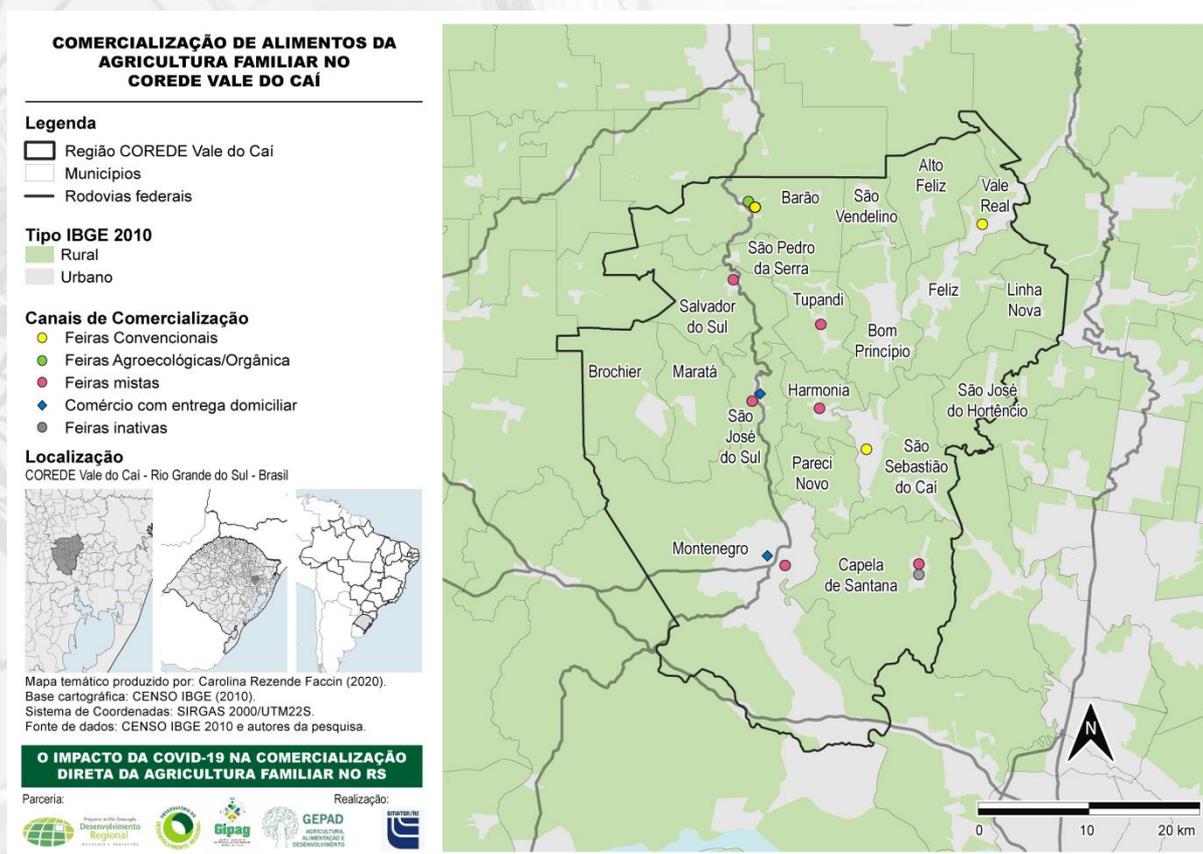
De acordo com os dados do Censo Agro (2019) existem na região 13.662 agricultores familiares, dos quais 8.433 (63%) são homens e 4.930 (37%) são mulheres.

Em termos de capacidade produtiva, diferentes municípios da região se destacam como maiores produtores de laranja e de bergamota do RS. No caso da produção de laranja destacam-se Tupandi, Harmonia e Montenegro e no caso da bergamota destacam-se Montenegro, Pareci Novo e São José do Sul. A produção total no Vale do Caí de bergamota e de laranja foi de 62.629 ton./ano e 38.278 ton./ano, respectivamente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados na região do Vale do Caí 13 canais de comercialização vinculados diretamente à agricultura familiar, dos quais 12 estavam em funcionamento conforme a figura 2.

Figura 02 – Localização dos canais de comercialização mapeados no Vale do Caí.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa (2020).

No caso da Região do Vale do Caí à área caracterizada como rural destaca-se amplamente em relação à urbana, sendo todos os canais de comercialização mapeados em situados em espaço urbano. Os municípios de Alto Feliz, Brochier, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Pareci Novo, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São

Vendelino não apresentam nem feiras nem comércio com entrega domiciliar. Apenas três municípios apresentam mais de uma experiência de abastecimento identificada, são eles: a) Montenegro com a Feira ativa Casa do Produtor Rural e o comércio com entrega domiciliar da Família Kranz; b) Barão com a Feira Municipal de Produtores e a Feira de produtos orgânicos atuando apenas com entrega domiciliar; e, c) Capela de Santana com a Feira da Estação e a Feira da Praça (inativa no momento da coleta de dados).

Apesar de Montenegro ser um município polo para a região em termos de serviços de educação, de saúde e de comércio em geral, não há uma quantidade expressiva de canais de comercialização da agricultura familiar indicando um fluxo de agricultores da região para comercialização no Município. A maioria dos canais funciona de forma bastante localizada, com agricultores provenientes do próprio município e com pequenos grupos familiares, tendo neste caso dinâmicas de abastecimento a partir de cinco famílias. A origem dos agricultores nos canais de abastecimento é majoritariamente municipal, sendo 83% oriundos do município e 17% do município e região. Portanto, a renda gerada por essa comercialização beneficia diretamente a população do Vale do Caí. Contribuindo para a reconfiguração do sistema alimentar regional, por meio de cadeias curtas de abastecimento que favorecem a manutenção da renda dentro da região.

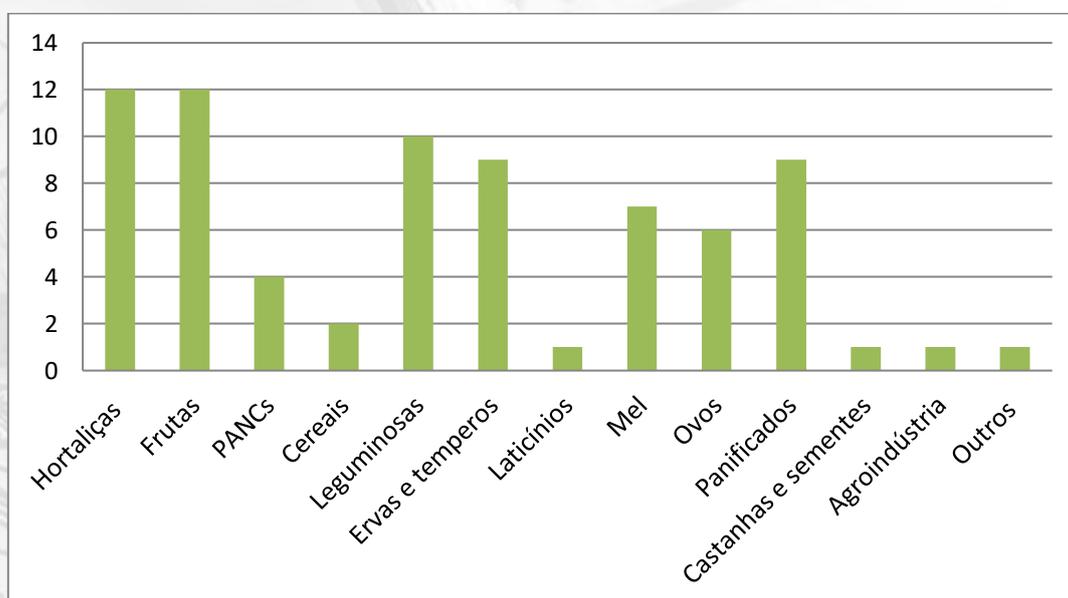
Ademais as publicações recentes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) tais como o “Estado da Alimentação e Agricultura” (2018; 2019) e “O futuro da alimentação e da agricultura - Tendências e desafios” (2017) afirmam de forma enfática que para enfrentar os desafios do século 21, é necessário repensar a produção, a comercialização e o consumo de alimentos de forma que estes processos possam acontecer de formas mais ecológicas e socialmente inclusivas. O estímulo à produção regional e à valorização do comércio local de alimentos poderá contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Chama a atenção o fato de que para a maioria das feiras ativas, não houve redução no movimento durante a pandemia, indicando talvez um impacto baixo da Covid nestes canais de abastecimento da região. O dado sugere uma tendência contrária à identificada no país e nas demais regiões de estudo dessa pesquisa. No entanto, destaca-se que foi realizada uma campanha municipal promovida pela ACI, Sindilojas, Jornal Ibiá e UNISC denominada “Sou Daqui, Compro Aqui” que pode ter efeitos positivos na manutenção dos canais de comercialização.

Os alimentos ofertados (Figura 3) dão destaque a alimentos *in natura* tais como hortaliças, frutas, ervas, temperos, mel e ovos estão presentes em todos os canais. A

categoria outros se refere a caldo de cana, cogumelos e brotos que são oferecidos unicamente na Feira Sabores de Tupandi. Há portanto, uma sintonia com canais similares situados em diferentes partes do país e com os princípios orientadores da segurança alimentar e nutricional visto que estes são os grupos considerados mais saudáveis pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, sendo seu consumo uma prioridade para garantia de uma dieta equilibrada não só em termos nutricionais, mas também a partir de uma compreensão integral e complexa da alimentação (BRASIL, 2014; PREISS; SCHNEIDER, 2020).

Figura 03 – Gráfico com os alimentos comercializados nos canais em funcionamento durante a pandemia no Vale do Caí.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Também foram analisadas as instituições que atuaram durante a pandemia, auxiliando os agricultores familiares com medidas de prevenção e de adaptação dos espaços de comercialização. O destaque fica com a EMATER-RS e as prefeituras municipais, tendência também verificada em outras regiões analisadas no estado. É importante reconhecer que apesar das ações do governo federal terem deixado em muito a desejar frente ao apoio à agricultura familiar, a EMATER-RS tem tido uma atuação bastante dedicada, tendo lançado diferentes materiais de orientação aos agricultores, realizado diversas atividades online para debate e criado um portal específico ao tema em que auxilia também a conexão entre agricultores e consumidores nas diferentes regiões do estado.

Por sua vez, a maioria das prefeituras municipais emitiram decretos gerais para o funcionamento do comércio, por exemplo, em Montenegro o Decreto nº 8.020, de 19 de março de 2020, recomendava as medidas a serem adotadas frente ao Covid-10. Entre as medidas adotadas pelos agricultores dos canais mapeados, destaca-se a aumento no uso de embalagens, a emissão de informes para orientação aos consumidores, realização de mudanças no sistema de transporte e entrega; alterações na conformação da feira, redução do número de agricultores nas bancas, o fornecimento de materiais de limpeza nas bancas, o atendimento de um número menor de clientes por vez e o cancelamento da degustação de produtos. Estas ações estão em sintonia com as recomendações dos órgãos de controle nacional tal como o MAPA (2020), mas também se assemelham a estratégias adotadas em outros países da América Latina. Em uma pesquisa focada em analisar a reação da agricultura familiar latino americana nos primeiros três meses de pandemia, Tiftonell et al. (2021) destacam como a capacidade organizativa dinâmica e adaptável desse segmento social foi instrumental para se adaptar com alta resiliência em vários países da região, mantendo o escoamento da produção local e garantindo alimentos frescos e de qualidade à população em face da COVID-19.

Para a região, três feiras tiveram que suspender suas atividades e passaram a funcionar apenas como entregas domiciliares durante a pandemia. De maneira geral, esse processo envolve mudanças em diferentes etapas e processos da comercialização, levando a adaptações e a um potencial processo de aprendizagem. No entanto, os relatos dos interlocutores parecem ter tido facilidade na maioria dos processos, com exceção da Feira Belezas e Sabores de São José do Sul que indica maior dificuldade em três etapas da comercialização: criar um sistema para divulgar os produtos, fazer contato com os consumidores e propor uma dinâmica de encomendas.

No caso de São José do Sul, a adaptação foi uma necessidade frente aos decretos municipais que impediram a realização da feira. Nos outros dois casos, a preocupação com a segurança dos feirantes e dos consumidores foi o principal motivo para a alteração na forma de comercialização. Em todos os casos, os produtos são divulgados por meio do aplicativo *Whatsapp* e os consumidores escolhem em uma lista o que querem receber (cestas abertas). As entregas são realizadas pelos próprios agricultores tendo uma variação entre 15 a 30 pedidos entre os casos. Os valores recebidos, em média, não superam R\$ 50,00. Todos os empreendimentos só aceitam pagamento em dinheiro na entrega.

Agricultores das três feiras acreditam que o sistema com entrega domiciliar é mais trabalhoso do que a comercialização na feira, ponderando o interesse de seguir realizando

tais atividades. No entanto, a continuidade desta prática está sendo considerada pela Feira “Belezas e Sabores” de São José do Sul e a “Feira de produtos orgânicos” de Barão, visto que o rendimento tem sido maior do que o recebido normalmente na feira. A situação é inversa no caso da Feira Bruno Inácio Hammes de Vale Real.

A única feira que esteve inativa foi a Feira da Praça de Capela de Santana, que funcionava aos sábados pela manhã. Os produtos comercializados normalmente incluíam uma dinâmica mista entre produtos *in natura* e processados com produção orgânica com origem social na agricultura familiar e com beneficiários da reforma agrária. A Feira possui aproximadamente seis famílias de agricultores e sua suspensão ocorreu devido à preocupação com a saúde dos feirantes e dos consumidores, sendo percebida como pouco grave em termos de perda de renda, pois os agricultores possuem outras fontes de comercialização.

Apenas dois sistemas de comércio com entrega domiciliar foram identificados na região, sendo eles o da Família Kranz (com vínculo a Cooperativa Ecocitrus) em Montenegro e o da Família Flores em São José do Sul. Ambas dinâmicas já estavam em funcionamento antes da pandemia. Tem sido entregue uma média de 20 pedidos semanais, com valores entre R\$ 26,00 e R\$ 50,00. Os produtos disponíveis são divulgados através de uma lista de *Whatsapp*. Os próprios agricultores realizam as entregas e recebem o pagamento em dinheiro neste momento. A família Flores registrou um pequeno aumento na demanda durante a pandemia, diferente da Família Kranz que não percebeu alterações no movimento dos pedidos.

A pandemia tem acelerado os processos de digitalização da agricultura familiar, em especial no que diz respeito à criação de alternativas de comércio eletrônico. O tema é bastante complexo e ainda em estudo, visto que por um lado pode significar a expansão de mercados e a ampliação de consumidores, por outro a desigualdade social já vivida por muitos agricultores é reforçada pela falta de acesso a tecnologias ou até o conhecimento para manipulação dos *softwares* (CEPAL, 2020; PREISS, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir como a pandemia COVID-19 incidiu sobre os espaços de comercialização direta da agricultura familiar no Vale do Caí. Os resultados indicam que os canais de comercialização da agricultura familiar na região foram pouco afetados pela COVID-19, visto que na maioria dos casos não há alterações ou uma

pequena redução no movimento. Acreditamos que esse dado é altamente positivo, visto que indica a manutenção da renda dos agricultores, um elemento chave para a reprodução social.

Apesar de ser uma região com uma boa incidência de agricultores familiares, com destaque produtivo na fruticultura nacional, apresenta poucos canais de comercialização direta com a agricultura familiar. Acredita-se que esse fato se deve ao direcionamento dos produtos locais a outras regiões, sendo necessários estudos mais aprofundados para analisar o potencial impacto na segurança alimentar e nutricional da população deste território.

Quando comparados os resultados desta região, frente aos demais territórios analisados na pesquisa (região Metropolitana Delta do Jacuí, Vale do Rio Pardo, Central e Norte), percebemos que o Vale do Caí é a região que mais carece de incentivo à comercialização da agricultura familiar. Assim, reforça-se a importância de fortalecer novas estratégias de promoção e de apoio à agricultura familiar camponesa, que em contextos de crise são transformadas em espaços centrais para o fornecimento de alimentos frescos à população. Uma atuação muito mais efetiva e ampla do Estado, seja através da priorização de recursos financeiros para estimular os canais de comercialização direta entre produtor e consumidor (feiras, coletivos de consumo organizado, entregas domiciliares) ou criando estruturas públicas que facilitem o abastecimento regionalizado, podem contribuir para sanar esse problema.

O mapeamento dos canais de abastecimento direto da agricultura familiar na região aqui apresentado é um resultado inédito, que abre possibilidade para novas pesquisas e projetos de extensão, permitindo estudos mais aprofundados sobre o papel dessas iniciativas frente ao desenvolvimento regional sustentável e o abastecimento saudável da população.

REFERÊNCIAS

BERDEGUÉ, J.A.; FAVARETO, A. **Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe**. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, Santiago de Chile: FAO, 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Recomendações para comercialização de produtos alimentícios em feiras livres, sacolões e varejistas**. Brasília; 2020 [Acesso

em 2021, mai 15]. Disponível em:
<https://www.gov.br/agricultura/ptbr/campanhas/mapacontracoronavirus/>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. Ed. Brasília, 2014.

CARRON, P. et al. **Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável**: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. In PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.(org.) *Sistemas alimentares no Século 21: debates contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

CEPAL. **Universalizar el acceso a las tecnologías digitales para enfrentar los efectos del COVID-19**. Informe especial Covid-19, n. 7, 2020.

CESTA básica de alimentos: Banco de dados do DIESSE. Disponível em:
<<https://www.dieese.org.br/cesta/>> Acesso em: 15 jun. 2020

COREDE VALE DO CAÍ – Perfil Socioeconômico Corede Vale do Caí-RS. Governo do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em
<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134136-20151117104014perfis-regionais-2015-vale-do-cai.pdf>

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. PNAD Contínua 2017: realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresce entre os homens, mas mulheres ainda dedicam quase o dobro do tempo. 18/04/2018. Disponível em:
<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo>> Acesso em: 25 jun. 2020.

FANZO, J. The role of farming and rural development as central to our diets. **Physiology & Behavior**, v. 193, p. 291-297, set. 2018.

FAO, IFAD and WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014**: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma; 2014.

FEE. Corede Vale do Caí, 2019. Disponível em <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Ca%ED>.

IBGE. **CENSO Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Desemprego**. 2021. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 15 maio 2021.

IICA, Documento informativo “Sobre la acción colectiva de las Américas para combatir la inseguridad alimentaria y promover la sostenibilidad ambiental”. 2022. Disponível em:
<https://repositorio.iica.int/handle/11324/21165>. Acesso em: 9 novembro 2022.

IDESE 2015: **Banco de dados agregados da FEE**. Disponível em: <
<https://arquivofee.rs.gov.br/idese/resultados-idese-2015/>> Acesso em: 18 jun. 2020

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS - IPES-Food. From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems. Brussels: IPES-Food, 2016.

MALUF, R.S. et al. **Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2303-2312, Aug. 2015.

MATAMOROS, S.E.D.C et al. **Aprendizajes en tiempos de la COVID-19**. Bogotá: Aludhaa, 2020.

OBSERVADR/Covid-19: Banco de dados agregados do Observatório do Desenvolvimento Regional. Disponível em: < <http://observadr.org.br/portal/observadr-covid-19/>> Acesso em: 25 mai. 2020.

OLIVEIRA, C. **O que o agronegócio e a produção de alimentos têm a ver com a covid-19?** 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/04/o-que-o-agronegocio-e-a-producao-de-alimentos-tem-a-ver-com-a-covid-19/>. Acesso em: 08 maio 2021.

PAMPLONA, N. **Em um ano de pandemia, alta em preço de alimentos é quase o triplo da inflação**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/em-um-ano-de-pandemia-preco-dos-alimentos-sobe-quase-tres-vezes-a-inflacao.shtml>. Acesso em: 15 maio 2021.

PANORAMA das cidades: Banco de dados do IBGE. Porto Alegre. 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/portoalegre/panorama>> Acesso em: 21 jun. 2020.

POLLAN, M. **Te Sickness in Our Food Supply**. 2020. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/2020/06/11/covid-19-sickness-food-supply/>. Acesso em: 11 maio 2020.

POPKIN, B.M. Nutrition, agriculture and the global food system in low and middle income countries. **Food Policy**. 2014; 47: 91-96. doi:10.1016/j.foodpol.2014.05.001

PREISS, P.V., NAVARRO, R.S., WEBER, J.M., MELLO, L.L. de. **Abastecimento alimentar e COVID-19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS**. Segur. Aliment. Nutr., 4º de março de 2021 [citado 15º de maio de 2021];28(00):e021007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661446>

PREISS, P. **Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems**. Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19, May 2020.

PREISS, P. V.; DEPONTI, C. M. Reflexões sobre o potencial da realocação alimentar para o desenvolvimento regional In: **Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais**. 1 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, v.1, p. 261-292.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. Mercados e Segurança Alimentar e Nutricional. In: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. A **Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, v.1, p. 171-190.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: apresentando o debate In: **A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. 1 ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; GRISA, C.; MOLINA, A. A. **Os sistemas agroalimentares crise COVID – 19: é possível um cenário mais justo e equitativo?** In: Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas. 1 ed.São Paulo: Alexa Cultural, 2020, v.1, p. 235-260.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

SALAZAR, L. et al. 2020. Challenges for Family Farming in Te Context of COVID-19: **Evidence from Farmers in Latin America and the Caribbean (LAC)**. Washington: IDB. <https://doi.org/10.18235/0002453>

SALCEDO, S; GUZMÁN, L. (Editores) **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe. Recomendaciones de Política**. Publicado por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura Santiago, Chile. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3788s/i3788s.pdf> Acesso em: 8 novembro 2022.

SCHNEIDER, S.; **Mercados e Agricultura Familiar**. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. Construção de Mercados e Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SWINBURN B et al. **The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report**. *Lancet*, v. 393, n. 10173, 2019.

TITTONELL, P. et al. **Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America** – A rediscovery of food, farmers and collective action, *Agricultural Systems*, V. 190, 2021, p. 1-16.

VALADARES, A., FABIO, A., GALIZA, M., SILVA, S., 2020. **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. In: IPEA. Nota técnica no 69.
